



Empresa de carro-forte terá de indenizar vigilante que levou oito tiros em assalto

Segundo a perícia, ele ficou com 60% de incapacidade para a atividade



JUSTIÇA DO TRABALHO
Tribunal Superior do Trabalho

A RRJ Transporte de Valores, Segurança e Vigilância Ltda., sediada em São Paulo (SP), terá de pagar R\$ 800 mil a um vigilante de carro forte que levou oito tiros em assalto ocorrido em junho de 2012. A decisão foi mantida pela Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho, que rejeitou o recurso da empresa. Os valores acumulados se referem às indenizações por danos moral, estético e material.

Incapacidade

O assalto ocorreu durante o abastecimento de um caixa eletrônico do Bradesco em um supermercado em São Bernardo do Campo (SP). Os tiros atingiram as costas, os braços, o peito, a mão e as nádegas do vigilante. Após 13 dias em coma e um mês hospitalizado, ele ficou com sequelas que, segundo a perícia, geraram incapacidade para o exercício das atividades anteriormente exercidas, estimada em 60%, além de prejuízo funcional para outras atividades.

Caso fortuito

A empresa foi condenada pelas instâncias ordinárias ao pagamento de R\$ 500 mil por danos materiais, R\$ 200 mil por danos morais e R\$ 100 mil por danos estéticos. No recurso de revista, a RRJ pediu a revisão dos valores fixados, por considerá-los exorbitantes. Segundo a empresa, o acidente decorreu de caso fortuito, sem relação com qualquer ato de negligência, imprudência ou imperícia do empregador.

Risco acentuado

O relator, desembargador convocado João Pedro Silvestrin, observou que a jurisprudência do TST admite a responsabilidade objetiva do empregador quando for demonstrado que a atividade desempenhada implica risco à integridade física e psíquica do trabalhador. “No caso, o empregado exercia a função de vigilante de carro forte em empresa de segurança, em incontestável situação de risco acentuado”, afirmou. Sobre a acumulação das reparações por danos morais e estéticos, o relator ressaltou que ela é possível, uma vez que decorrem de violações a bens jurídicos distintos.

A decisão foi unânime. Processo: ARR-2334-63.2015.5.02.0078

Fonte: TST

Caixa Econômica fica em silêncio e ignora “fome” de vigilantes abandonados pela Rondai

Trabalhadores não foram pagos, apesar de até o momento a Caixa não confirmar a finalização do contrato com a empresa de segurança de MS



Vigilantes da Caixa durante trabalho (imagem postada no Instagram da Rondai) - Reprodução/Redes sociais

Vigilantes da Caixa Econômica Federal pedem socorro. Após serem, segundo eles, “caloteados” pela empresa Rondai Segurança em Mato Grosso do Sul, que não realizou até hoje os pagamentos de décimos terceiros de 2020, os trabalhadores alegam que se deparam agora com a “fome”, já que nem a Caixa Econômica Federal nem a terceirizada Rondai, dão respostas do porque o ticket de alimentação não está sendo depositado. “Já que a Caixa assumiu os pagamentos dos salários,

era só depositar junto”, disse um trabalhador que terá o nome preservado.

“Estamos literalmente abandonados, vão fazer igual a Fortesul no passado”, lamentou outro vigilante.

O empresário Juliano Zambiasi, Presidente do Grupo Rondai em Sonora, local onde está a matriz da empresa, disse em reportagem publicada no dia 14 de janeiro de 2021, que era: “Uma mentira que estamos impedidos de licitar por dois anos e só para dar um gostinho

para quem querem me derrubar só peguei mais um contratinho do governo”, ironizou. Apesar disso, confirmou que há os atrasos com os funcionários, sem dar um possível prazo para que as dívidas fossem quitadas.

A fala do empresário ocorreu após reportagem em que o presidente do sindicato de Vigilantes diz que o não pagamento das dívidas estaria ligado a situação de “falência” da Rondai em MS.

Os trabalhadores alegam estarem com salários em atraso. Dizem que seus FGTS não estão sendo depositados e ainda que trabalham com equipamentos precários, sendo coturnos, coletes e armas em péssimo estado.

Também no dia 14 de janeiro o MS Notícias questionou a Caixa sobre o porquê a situação persiste e se procedia a denúncia de que vigilantes estão trabalhando com equipamentos em condições acima citadas. De lá até a data deste 23 de fevereiro passaram-se 39 dias do silêncio da Caixa, sem nenhuma resposta que venha elucidar o desespero dos funcionários.

A reportagem enviou mensagem à Zambiasi questionando o porque ainda não ocorreram os pagamentos aos funcionários. A mensagem foi visualizada mas o empresário não enviou posicionamento.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

As perguntas abaixo seguem ainda sem elucidação:

- A Rondai Seguranças está recebendo todos os dias 17 de cada mês os repasses de contrato de certame acordado com a Caixa? Há atrasos nesses repasses? A que a Caixa confere esses atrasos? Existe um momento de substituição desta empresa terceirizada? Estaria a empresa em processo de final de contrato com a Caixa?

- A Caixa pode nos esclarecer quanto aos FGTS dos trabalhadores, se não estão sendo depositados?

- A Caixa atua para que os pagamentos sejam feitos em dia?

- Qual a justificativa da Rondai aos atrasos?

- A Caixa está forçando os trabalhadores a acumular funções em suas agências, tais como trabalhar como atendentes em Caixas Eletrônicas ou mesmo distribuir álcool em gel aos usuários?

Nenhuma resposta foi encaminhada até a publicação desta reportagem.

MPT-MS

Em 15 de janeiro, o MS Notícias provocou o Ministério Público do Trabalho (MS) com as perguntas abaixo:

- O Ministério Público do Trabalho de Mato Grosso do Sul possui algum registro de denúncia feita contra a empresa Rondai Seguranças, esta que tem sede em Sonora e filiais em Cuiabá (MT) e Campo Grande (MS)?

- Quais crimes cometem as empresas, se provadas as situações acima denunciadas por seus funcionários? Quais são as medidas legais que podem ser adotadas por trabalhadores, que alegam que quando denunciam os casos à imprensa passam a ser perseguidos pela empresa?

- O jornal quer saber, se houver processos trabalhistas contra a empresa, quantos são? A que período esses processos estão na Justiça do Trabalho?

- Desde que os questionamentos acima foram feitos na data do dia 15 de fevereiro já se passaram 38 dias e na caixa de e-mail do MS Notícias consta apenas a confirmação de recebimento das perguntas e nenhuma resposta enviada.

Em contato com a assessoria do MPT-MS apenas foi solicitado mais prazo pois: “envolve a atuação de um procurador em específico e, neste caso, preciso da validação dele para liberar para você”, disse a assessora. O prazo solicitado foi dado e ainda assim, não foram encaminhadas até hoje as respostas.

A reportagem ainda aguarda o levantamento feito pelo MPT que relaciona a quantidade de ações trabalhistas movidas contra Rondai.

SINDICATO

O presidente do Sindicato fez um vídeo comunicando os vigilantes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) sobre a rescisão de seus contratos, explicando que aguarda relatório da Rondai.

A reportagem tentou ao longo do dia falar com o sindicalista, mas as ligações não foram atendidas.

“MAIS 1 CONTRATINHO”

Zambiase levantou no dia 14-01 que teria, segundo ele: “pego mais um contratinho do governo”. O último contrato registrado pela empresa é para: “Prestação de serviços continuados de vigilância ostensiva armada, visando a integridade do patrimônio das Unidades Desconcentradas do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso - DETRAN/MT localizadas no interior do Estado”, conforme consta no Diário Oficial de 4 de fevereiro de 2021.

O contrato em questão tem custo de oito milhões, setecentos e setenta e quatro mil, cento e oitenta e um reais e vinte e quatro centavos e validade de 12 meses registrada sob o CNPJ: 10.398.803/0002-80 [RONDAI SEGURANÇA LTDA]. Na ocasião, a Rondai não aparece sob a responsabilidade de Zambiase e sim, aparece representando a empresa, Cesário Fernando Gonçalves (o gerente comercial).

Os municípios onde a empresa deve atuar no Mato Grosso, segundo o Pregão Eletrônico Nº 13/2020 são: Barra do Garças, Canarana, Água Boa, Nova Xavantina, Rondonópolis, Paranatinga, Chapada dos Guimarães, Campo Verde, Primavera do Leste, Dom Aquino, Jaciara, Pedra Preta, Poxoréo, Guiratinga, Alto Garças e Alto Araguaia.

O QUE DIZ A LEI

Apesar de contar com números distintos no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), matriz e filial constituem uma única pessoa jurídica (§ 1º do art. 75 do Código Civil).

Cada estabelecimento é inscrito no CNPJ sob um número específico por determinação da Receita Federal do Brasil (RFB), no intuito de facilitar a fiscalização e cumprimento das obrigações (art. 10, § 1º, da Instrução Normativa RFB nº 748, de 2007), tanto que o número do CNPJ da filial é derivado do número do CNPJ da matriz. Assim, a filial é estabelecimento que integra o acervo patrimonial de uma única pessoa jurídica, partilhando dos mesmos sócios, contrato social e denominação social da matriz, e estando sujeita à administração pelos mesmos órgãos de deliberação, direção, gerência e fiscalização da matriz. A constituição da filial serve de instrumento para o exercício da atividade empresarial, com a afetação de parcela do patrimônio para a consecução de suas finalidades, respondendo essa parcela pelas suas obrigações.

As situações esclarecidas acima vêm de encontro com a situação da Rondai, visto que a empresa atua com todos os CNPJ abaixo citados, seguidos de seu município (onde está filial) de atuação e data do início das atividades, começando por sua matriz:

- **CNPJ - 10.398.803/0001-08 - Sonora - MS - (10/10/2008)**
- **10.398.803/0001-08 - Campo Grande - MS -**
- **10.398.803.0002-80 - Cidade Alta - Cuiabá - (09/09/2010)**
- **10.398.803/0003-61 - Goiânia - (27/03/2019)**

Fonte: MS noticiais - TERO QUEIROZ

Bolsonaro quer fechar agências e demitir funcionários do BB

Reestruturação é péssima para bancários e ainda pior para a população



A diretoria do Banco do Brasil, nomeada pelo presidente Bolsonaro, quer demitir 5 mil funcionários e fechar 112 agências, 242 postos de atendimento e 7 escritórios de trabalho do banco. Isso significa que a população terá que se deslocar por longas distâncias, muitas vezes para outra cidade, para encontrar uma agência. E quando encontrar, terá que enfrentar mais filas e mais aglomerações. Em plena pandemia!

“Além disso, haverá menos gente trabalhando e sobrecarga de trabalho para os funcionários que permanecerem. Ou seja, mais tempo de espera para os clientes”, criticou o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga. “O governo precariza o serviço e, muitas vezes, os clientes reclamam dos funcionários. Mas, os verdadeiros culpados são outros, estão sentados nas cadeiras de Presidente da República e de ministro da Economia”, observou.

Fim da função de caixa

O banco também quer acabar com a função de caixa. Neste caso, quem fará esse serviço é alguém que terá que fazer outras coisas na agência, além de ser caixa. “E, claro, o banco quer reduzir os salários destes funcionários. Porque, para esse ‘povo’, que ganha acima de dois, ou até três dígitos, os funcionários, que ralam o dia todo, ganham muito”, disse o coordenador da CEBB.

“A reestruturação do Banco do Brasil, assim como de outras empresas públicas, é péssima para os funcionários, que ficarão sobrecarregados, vão receber menos e isso pode levá-los ao adoecimento. Mas, é pior ainda para a população, que paga tarifas caras por um serviço público, mas receberá um serviço de pior qualidade. Mas, repito, os culpados não são os funcionários”, disse Fukunaga.

Liminar da Contraf

O banco só não acabou com a função de caixa nem reduziu os salários dos funcionários porque a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) conseguiu uma liminar da Justiça impedindo o fim da função de caixa e a perda da gratificação de função, com a consequente queda de renda.

“Conseguimos resguardar a função de caixa com uma decisão liminar. Mas, temos que manter a mobilização para acabar de vez com esse risco e também a luta contra a privatização do banco. Porque o governo já disse que interessa a privatização e já tem projeto no Congresso Nacional para que o BB seja incluído no Programa de Desestatização”, afirmou a secretária de Juventude e representante da Contraf-CUT na CEBB, Fernanda Lopes. “E os colegas de outras funções precisam apoiar a luta e lembrar que hoje são caixas, mas amanhã pode ser eles. Além do mais, a privatização atinge a todos!” concluiu a dirigente da Contraf-CUT

Números do desmonte

- Desativação de 361 unidades, sendo 112 agências, 7 escritórios e 242 Postos de Atendimento (PA)
- Conversão de 243 agências em PA
- Transformação de 145 unidades de negócios em Lojas BB, sem a oferta de guichês de caixa
- Demissão de 5 mil funcionários

FONTE: CUT - Rosely Rocha

Correios dão lucro bilionário, mas Bolsonaro quer vender serviço público

Bolsonaro entrega ao Congresso, Projeto de Lei que privatiza os Correios. Projeção é que empresa terá lucro de mais de R\$1,5 bilhão. Venda coloca em risco o emprego de 99 mil trabalhadores e trabalhadoras



Enquanto milhões de brasileiros passam fome sem um novo auxílio emergencial (até agora não foi, sequer, definido o valor e as parcelas), Jair Bolsonaro (ex-PSL) mantém seu descaso com a miséria da população e prefere ir ao Congresso Nacional entregar mais um patrimônio público ao mercado financeiro, o que trará grandes prejuízos à população e ao país.

Em mais um aceno de “prestígio” ao seu ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes, que teve sua credibilidade abalada com a intervenção de Bolsonaro na Petrobras, o presidente da República quer agora, depois da Eletrobras, entregar os Correios à privatização.

Guedes foi o “fiador” de parte do setor empresarial que apoiou Bolsonaro nas eleições de 2018, em troca de um plano de privatizações das estatais.

A proposta do governo entregue em forma de Projeto de Lei (PL), nesta quarta-feira (24), ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL), quebra o monopólio dos Correios no envio de cartas, telegramas e outras mensagens. O projeto ainda estabelece que os Correios, hoje 100% público, sejam transformados em sociedade de economia mista (pública e privada).

Ou seja, o governo vai entregar uma empresa que tem projeção de um lucro líquido de mais

de R\$ 1,5 bilhão, em 2020 (o balanço ainda não foi divulgado oficialmente), e deixar à própria sorte 99 mil trabalhadores e trabalhadoras, num momento em que o número de desempregados no país ultrapassa os 14 milhões de pessoas.

Ao vender uma empresa que tem lucro bilionário, com possibilidade de demissão de milhares de trabalhadores, para em tese dar mais opções ao consumidor, na verdade, o governo Bolsonaro destrói a mais antiga empresa pública do país, que completa no dia 20 de março, 358 anos.

Mais prejuízos à população

O pagamento sobre este patrimônio público vai sair do bolso de todos os brasileiros. Basta pesquisar os preços cobrados na entrega de encomendas cobrados pelos Correios e uma empresa privada. Um levantamento da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect) mostrou que uma encomenda que custa nos Correios R\$ 43,00 é até 12 vezes mais cara em empresas privadas como DHL e Fedex. A encomenda entregue por essas empresas, numa mesma localidade, custava em torno de R\$ 600,00 e pelos Correios R\$ 43,00.

A diferença na qualidade do serviço prestado entre os Correios e empresas privadas foi também constatada. Segundo o secretário de comunicação da Fentect, Emerson Marinho, as empresas privadas Mercado Livre e Magazine Luiza, em menos de um ano, atuando nos serviços de entregas de encomendas, tiveram o dobro das queixas do que as registradas pelo serviço dos Correios.

Embora o governo diga que vai garantir a preço justo a entrega de cartas, um direito universal, tanto que o Brasil é signatário da União Postal Universal (UPU), o que está em jogo vai além. É a experiência e o know how que os Correios têm em logística de entregas de encomendas.

Apesar da disputa maior seja nos serviços de entregas de encomendas, segundo o dirigente da Fentec, a entrega de correspondências é responsável por 44% da receita dos Correios, o que garante que a empresa seja a única no país a atender aos mais de 5 mil municípios brasileiros, inclusive os mais distantes e os locais em que a telefonia não atende com eficácia.

“ Hoje a tecnologia faz as mensagens chegarem mais rapidamente, principalmente com os aplicativos de celulares, mas, os Correios se modernizaram e criaram uma expertise que ninguém tem na entrega de encomendas, como é o caso do Sedex, uma referência nacional e, é isto que está em jogo”, diz Emerson Marinho.

Segundo ele, o ministro das Comunicações, Fábio Faria (PSD-RN), quer entregar a malha logística construída pelos Correios aos interesses financeiros do empresariado, por que hoje há uma disputa global neste que é considerado o novo serviço do século 21.

Argentina reestatiza e Portugal revê privatização com ‘apagão’ de entregas

A privatização dos serviços postais foi um desastre na Argentina e Portugal. Tanto que o país vizinho ao Brasil, reestatizou seu serviço. Já Portugal estuda uma forma de rever o processo de privatização.

“Esses países começam a rever seus modelos de privatização porque houve o que chamam de ‘apagão postal’, em virtude das empresas privadas não fazerem entregas de correspondências nas províncias distantes dos grandes centros, tanto em Portugal como na Argentina”, afirma Emerson Marinho.

Segundo ele, após vender o ‘filet mignon’ que é o serviço de entregas de encomendas, deve ser desidratado o serviço postal com garantia de entrega.

“A partir do momento de quem o capital privado for o acionista majoritário, este serviço poderá ser extinto”, diz Marinho.

FONTE: CUT - ALEX CAPUANO

“FalaCUT”, o Podcast da central, é o novo canal de comunicação para os trabalhadores

Toda quinta-feira, você poderá ouvir um podcast da CUT sobre os seus direitos. Será um bate-papo, com diálogos diretos e objetivos sobre temas do seu interesse, trabalhador e trabalhadora



A partir de agora, todas as quintas-feiras, temas de grande relevância para a classe trabalhadora serão abordados de forma leve e descomplicada em um novo canal de comunicação da CUT. É o “FalaCUT, o Podcast da Central Única dos Trabalhadores”, que ouvirá convidados especiais sobre diversos temas, como os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, economia, política, saúde, educação, comportamento e variedades.

O objetivo do FalaCUT é explicar o que está acontecendo em todas essas áreas, como medidas, leis e decretos afetam a vida e o trabalho, mas tudo do ponto de vista dos interesses do trabalhador e não do patrão.

“O formato de Podcast permite um bate-papo aberto, descontraído, para que o trabalhador se identifique com aquele tema e saiba como aquilo impacta em sua vida”, diz o secretário de Comunicação da CUT, Roni Barbosa. Ele reforça que a linguagem faz parte da linha editorial adotada pela central em suas outras mídias – as matérias escritas para o portal e o trabalho feito pelas redes sociais da CUT.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

“Com o passar dos tempos a CUT se modernizou e estabeleceu um diálogo mais objetivo e eficiente com a sua base – os trabalhadores e as trabalhadoras -, falando a língua deles, aproximando mais o público alvo da central”, diz Roni.

O secretário afirma ainda que o formato de Podcast, para muitas pessoas, é um tipo de canal de comunicação essencial, e, como o rádio, pode chegar em qualquer lugar do Brasil, a pessoa pode ouvir na hora que puder e quando quiser - dentro do ônibus, na hora do almoço, na hora de dormir -, enfim, são inúmeras as oportunidades para se informar.

“As pessoas podem ouvir o podcast, de maneira confortável, quando estão se deslocando, no trabalho, na academia, onde quiserem, o que aumenta ainda mais o alcance e a voz da CUT ao seu público”, ele reforça.

O FalaCUT é mais uma produção em áudio, realizada pela central. Assim como o Jornal da CUT, distribuído de segunda a sexta para diversas rádios convencionais no país, a informação e o ponto de vista dos trabalhadores serão prioridade.

O primeiro ‘bate-papo’, já está disponível nas plataformas SoundCloud e Spotify, além do Portal da CUT em “Multimídia – Áudios”

Para esta primeira edição, o tema escolhido foi o lançamento da campanha “Não Deixem Vender o Brasil”, realizada pela CUT em defesa das estatais brasileiras, que estão na mira das privatizações do governo Bolsonaro. Roni Barbosa fala sobre a campanha e sobre como a sociedade será impactada pela entrega do Brasil à iniciativa privada.

FONTE: CUT - Andre Accarini

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF